

# MULHERES AFRICANAS MIGRANTES: HISTÓRIAS DE AGÊNCIA E PERTENCIMENTO

Olga Guedes BAILEY<sup>1</sup>

■ **RESUMO:** Este artigo explora questões de pertencimento e agência entre mulheres de origem africana refugiadas ou em busca de asilo político no Reino Unido. Discute as maneiras pelas quais essas mulheres incorporam a resistência em seu dia a dia frente à indigência, falta de reconhecimento cultural e à desigualdade de gênero, através da fundação de sua própria organização não-governamental, a *African Women's Empowerment Forum*, ou AWEF, um lar/espço coletivo. O foco desta história está na agência e autodeterminação dessas mulheres migrantes para exercer a escolha de serem atores ativos na sociedade. Aponta para um importante fenômeno: como comunidades com base local estão desafiando a invisibilidade da vida de refugiados e asilados, expandindo a noção de política para abraçar, através da solidariedade, uma ideia mais ampla sobre comunidades políticas. A AWEF é a incorporação de um espaço social que ressoa as experiências internas da vida migrante, promovendo estabilidade às mulheres associadas com relação à política e à identificação com a comunidade em que se inserem.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres migrantes. Migração africana. Agência e pertencimento. Ativismo feminino. Sistemas comunitários.

## Introdução

A Europa é hoje um espaço em mudança, marcado predominantemente por ideologias neoliberais de mercado e por

<sup>1</sup> NTU – Nottingham Trent University. School of Arts and Sciences – Institute of Cultural Analysis. Clifton Lane – Nottingham – UK. NG11 5ND – olga.bailey@ntu.ac.uk

políticas conservadoras. Este espaço é caracterizado por uma historiografia da nacionalidade suposta como homogênea, mas cada vez mais comprometida pela existência da diversidade cultural e pela presença da alteridade (COMAROFF, J. L.; COMAROFF, J., 2009). Como se intensificaram as reivindicações de grupos minoritários por redistribuição e reconhecimento cultural, os Estados-nacionais europeus foram obrigados a incorporar a suas agendas temas novos e, em vários níveis, a tomar medidas para conter a marginalização cultural e política (SONG, 2007). Mas isso não significa que as práticas institucionais rotineiras e as relações sociais estabelecidas tenham mudado substantivamente. Por exemplo, ao mesmo tempo em que se ampliam os níveis de participação de grupos multiétnicos na sociedade britânica, e se afirma uma abordagem mais positiva com relação à diferença e à diversidade nas políticas oficiais sobre raça, etnicidade e cultura, crescem também as políticas contrárias à migração e os discursos públicos intolerantes, especialmente no que se refere à busca por asilo político (BAILEY; HARINDRANATH, 2006).

Nesse contexto, grupos multiculturais, incluindo mulheres refugiadas ou em busca de asilo, estão se tornando atores importantes na luta por redistribuição econômica e reconhecimento político e cultural. Nancy Fraser (2008) argumenta que, como as injustiças culturais estão enredadas com e sustentam as de natureza socioeconômica, as soluções redistributivas deveriam incluir uma concepção de reconhecimento que englobasse a formação complexa das identidades sociais e não endossasse a sua reificação. Os conceitos de Fraser são relevantes para este artigo por facilitarem um entendimento das lutas por redistribuição e reconhecimento das mulheres refugiadas e em busca de asilo. É exatamente nonexo entre injustiças de redistribuição e lacunas de reconhecimento social, cultural e político, que podem ser localizados os esforços das mulheres refugiadas e asiladas. Portanto, é necessário olhar para lugares diversos na busca de novas maneiras pelas quais essas mulheres incorporam a resistência contra a indigência (pela redistribuição) e contra os estereótipos e discriminações culturais (por reconhecimento).

O texto explora o movimento de um grupo de mulheres africanas asiladas e refugiadas<sup>2</sup> em Nottingham<sup>3</sup>, no Reino Unido, dando especial atenção às formas alternativas de resistência e à luta por pertencimento, que resultou na fundação da organização não-governamental *African Women's Empowerment Forum* (AWEF), através da coalizão informal com organizações de caridade e grupos de mulheres já existentes. A história aqui relatada é a de um ativismo situado na vida cotidiana, particularmente através da construção de uma rede social e organizacional. As causas pelas quais lutam essas mulheres tomam forma através de uma auto-reflexão crítica sobre suas vidas e pela conscientização das experiências de exclusão, discriminação e opressão vividas por elas em sua busca de asilo e refúgio. Essa auto-reflexão volta-se para a discussão sobre políticas de pertencimento e processos de agência no espaço da vida cotidiana.

O texto argumenta que as atividades dessas mulheres são uma forma de ativismo de base comunitária que as capacita, enquanto indivíduos e enquanto comunidade<sup>4</sup> contestadora do sistema excludente de representação e participação, para resistir num nível que vai além das fronteiras de suas casas, permitindo-lhes assim atingir a esfera pública. Ele está dividido em quatro seções: a primeira contextualiza brevemente a migração feminina; a segunda se volta para a exploração das políticas de pertencimento e agência na vida diária das mulheres migrantes africanas; a terceira seção apresenta o contexto metodológico; a quarta faz o histórico da criação da AWEF, entendendo-a como um “lar de pertencimento” para essas mulheres.

---

<sup>2</sup> “Mulheres migrantes” refere-se a um grupo de mulheres em busca de asilo e refugiadas que vivem em Nottingham, UK. “Mulheres africanas” refere-se a um grupo heterogêneo de mulheres de origem africana com histórias de migração distintas, assim como com diferentes históricos políticos, econômicos, culturais e sociais.

<sup>3</sup> A discussão apresentada não está sugerindo que a história contada aqui seja um reflexo das experiências das mulheres em geral no Reino Unido.

<sup>4</sup> “[...] Retoricamente, comunidades representam a si mesmas para si mesmas, assim como para os outros, como um grupo homogêneo e monolítico, *a priori*, mas esta é apenas uma expressão idiomática, um gesto em direção de solidariedade, gratidão e continuidade. A realidade é de heterogeneidade, processo e mudança; das comunidades culturais como simbolizações diversas que existem em virtude de interpretações e interações em cursos individuais” (AMIT; RAPPORT, 2002, p.7-8).

## **Feminilização da migração**

Durante os últimos quarenta anos, a migração ilegal, seja como resultado das relações geopolíticas entre os hemisférios norte e sul seja por outras razões, mudou a face da Europa Ocidental. A principal reação dos governantes frente ao aumento da migração ilegal tem sido a de restringir a entrada nos países desenvolvidos e a de criar métodos de contenção da imigração nos países em desenvolvimento. Na última década, o governo do Reino Unido criou uma significativa legislação com relação à imigração, tornando assim os processos de asilo político muito mais difíceis.

De acordo com Yuval-Davis (2009), uma das características da “era da migração” é a feminilização dos migrantes. Ela aponta que “a pesquisa mundial sobre a posição das mulheres em países desenvolvidos, de 2004, indica que 49% de todos os migrantes são mulheres” (YUVAL-DAVIS, 2009, p.2). Pesquisas sobre mulheres migrantes (SALES, 2007; PALMARY et al., 2010) têm mostrado que, embora as mulheres sejam vitimizadas em diversas situações em seu novo país, elas também trabalham nos interstícios entre opressão e agência para criar uma vida melhor.

Em todos os casos, as mulheres tanto querem quanto precisam trabalhar (e muitas querem estudar), mas enfrentam grandes dificuldades em virtude de seu status de migrantes. Isto resulta numa gama de problemas, que vão desde a destituição econômica a uma saúde precária, passando pela exclusão cultural e pelo não reconhecimento do direito de votar. Estas condições tornam-se mais exacerbadas quando olhamos para as razões das migrações, basicamente motivadas por questões políticas e econômicas. A continuidade das condições políticas e econômicas adversas em grande parte da África resultou numa substancial migração para além-mar. Nessas complexas circunstâncias, essas mulheres pretendem iniciar uma nova vida num novo país. Mas, a experiência de migrar pode vir a ser muito alienante e traumática, já que envolve a quebra do ambiente familiar e do entendimento cognitivo sobre o mundo. Imigrar não significa apenas o cruzamento de fronteiras territoriais, mas também de fronteiras culturais, sociais e psíquicas, entrando numa relação com novos espaços, que, por sua vez, são também entrecruzados por diversas culturas (TASTSOGLOU, 2006).

A quantidade de instituições, associações e organizações que, recentemente, se estabeleceram em torno da identidade africana é instigante. Num mundo global, cada vez mais marcado por interdependências e disparidades econômicas e sociais, o fluxo contemporâneo de migração para fora da África é atribuído à incapacidade de seus Estados nacionais promoverem segurança política, econômica e social ao povo (MANGER; ASSAL, 2006). Outrossim, cresce a quantidade de organizações não-governamentais que cuidam de grupos étnicos ou “deslocados” ligados aos países ocidentais, mas reduz-se a vontade política em prol da promoção de serviços sociais para cidadãos e não cidadãos. Alguns comentadores consideram essas organizações sem fins lucrativos o centro do exercício de agência da sociedade civil em sociedades democráticas (RIFKIN, 1995). Entretanto, os críticos deste ponto de vista se mostram preocupados com a ênfase, dada pelas ONGS, às questões sociais e econômicas, vendo-as como uma oportunidade de retirar parte da responsabilidade do Estado e das agências públicas, como os principais provedores de serviços sociais (CRAIG; MAYO, 1995). Some-se a isso a possibilidade de as organizações não-governamentais se estruturarem como uma esfera na qual as desigualdades sociais são reproduzidas (BRYAN, 2002).

## **Mulheres migrantes africanas: pertencimento e agência na vida cotidiana**

As políticas de pertencimento são relevantes para o entendimento da trajetória do exercício de agência das mulheres africanas. Kannabiran (2006), em sua investigação sobre a cartografia de resistência das mulheres Dalit e de sua federação nacional na Índia, argumenta que as políticas de pertencimento “englobam dentro de si as *políticas de vir a ser*”<sup>5</sup>, que ocorrem “quando um distrito culturalmente marcado, sofrendo sob sua constituição social corrente, luta por reconfigurar a si mesmo através da mudança da sua constelação cultural de identidade/diferença que ali toma lugar” (CONNOLLY, 1996; KANNABIRAN et al., 2006, p.55).

No espírito das políticas do *vir a ser*, as mulheres africanas em busca de asilo ou refugiadas agem mais como atores do que como

---

<sup>5</sup> Diante da impossibilidade de uma tradução literal que expressasse o sentido original da expressão *politics of becoming*, os tradutores optaram por traduzir como *políticas de “vir a ser”*.

vítimas da sociedade, e a AWEF se torna o espaço e o processo no qual as políticas de pertencimento/vir a ser tomam lugar. Desta maneira, pertencer se refere tanto a experiências formais quanto informais, não somente no plano cultural – de identidade e reconhecimento – mas também no da redistribuição econômica. Além disso, é relevante para o entendimento da história da AWEF a conceituação do pertencimento enquanto lugar socialmente constituído pelas “identificações entre membros associados, da mesma maneira que cada espaço social tem ressonância na estabilidade dos indivíduos, ou ainda, no sentimento de fazer parte de um grupo mais amplo, com laços emocionais e sociais que são relacionados a tais lugares” (ANTHIAS, 2006, p.21). As *políticas de vir a ser* e de pertencimento, como são discutidas aqui, referem-se a um “movimento de autoconscientização – uma reinvenção do ‘nós’ em busca de atingir ‘melhor pertencimento’ em um lugar diferente” (KANNABIRAN et al., 2006, p.57).

Neste cenário, seria possível um entendimento do “outro” migrante que englobasse não só os modos como ele lida com a realidade cotidiana (DE CERTEAU, 1984), mas também os complexos processos de identidades múltiplas e pertencimento que, frequentemente, moldam as tensões e ansiedades carregadas por aqueles que experimentaram a migração e o deslocamento por ela causado. A luta política dessas mulheres africanas vai além da questão identitária, pois se baseia numa formação solidária que reconhece as posições translocacionais [translocational positionalities], “complexamente ligadas à situação, significados e interação de nossos lugares sociais” (ANTHIAS, 2006, p.29). Em tais condições, o cotidiano se torna crucial, seja como local de contradições, onde atos de solidariedade, poder, alienação e possível resistência são experimentados e representados, seja como fonte para reações concorrentes e para a coexistência das mesmas e dos discursos e estratégias de pertencimento e não-pertencimento (KARNER, 2007, p.125). Em outras palavras, refere-se à maneira como as mulheres migrantes posicionam a si mesmas em sua vida cotidiana a fim de criar uma organização para negociar suas identificações políticas e seu pertencimento.

O cotidiano das mulheres migrantes é basicamente negociado na convergência de influências culturais diversas e limitado por diferentes estruturas de poder. Suas experiências são vividas dentro e fora de um “espaço deslocado”. Este espaço é construído por interesses de diferenciação e desigualdades

diversas – nacionalidade, classe, gênero, etnicidade (BRAH, 1996) – ou, colocado de outra maneira, construído e vivido como um “posicionamento translocacional”. Esse complexo posicionamento enfrentado pelas pessoas, dentre as quais os migrantes, na intersecção de múltiplos lugares identitários, pode ser descrito como “[...] um processo social relacionado a práticas onde o posicionamento é o espaço intermediário entre a estrutura (posição social/efeitos sociais) e a agência (posicionamento social/significado e prática)” (ANTHIAS, 2001, p.635). Ou seja, esse posicionamento envolve não apenas lugares, mas também o entendimento dos modos através dos quais indivíduos, intersubjetivamente, organizam, representam e realizam a identificação.

As formas de agência que estas mulheres realizam têm ligação com o ponto de vista de Knudsen (2006) sobre o modo como o poder é utilizado pela teoria da intersecção que, nos termos de Foucault, considera que ele pode estar ligado tanto à inclusão quanto à exclusão. Isto é, o poder não se refere apenas à supressão, mas também pode ser produtivo. Desse modo, a exclusão envolve “[...] discursos de oposição e poder produtivo que negociam a respeito do significado de gênero, raça, etnicidade, etc.” (KNUDSEN, 2006, p.67). Por sua vez, a agência para algumas dessas mulheres significa ser “atores conscientes, não sujeitos passivos nas diversas situações em que elas se encontram” (RALSTON, 2006, p. 184). A autodeterminação, nessas circunstâncias, engendra um contraponto entre auto-reconhecimento “autêntico” e reconhecimento social (TAYLOR, 1994). Essas noções tornam-se fundamentais para o entendimento da posição translocal, contida nas vidas e nas práticas das mulheres migrantes.

## **Contexto metodológico**

A abordagem teórica que orienta este texto combina elementos dos estudos culturais com a teoria social, mobiliza a literatura sobre diáspora, refugiados e migração, e tem como foco as mulheres migrantes e sua relação com as questões de pertencimento e agência no contexto da vida cotidiana. O propósito da discussão é o de questionar a invisibilidade da luta comunitária praticada por mulheres migrantes ilegais, alargando o conceito convencional de política, centrado em atores oficiais e

na ação dos governos, para focar a “[...] luta de base comunitária, a fim de assegurar, aos envolvidos, o controle de suas próprias vidas” (FELDMAN; STALL, 2007, p.8).

A história da AWEF representa apenas uma pequena parte dos resultados de uma investigação de três anos baseada na ação participativa combinada com princípios da pesquisa feminista. De acordo com O’Neill e Harindranath, a pesquisa de ação participativa é uma:

Metodologia de investigação social que inclui sujeitos enquanto co-criadores da pesquisa. O *ethos* da pesquisa de ação participativa é baseado na inclusão e na participação, respeitando todas as vozes locais, e dirigido à obtenção de resultados sustentáveis para a comunidade. A pesquisa de ação participativa é um processo e uma prática direcionados para a mudança social juntamente com os sujeitos participantes; é intervencionista, orientada para a ação e interpretativa (O’NEILL; HARINDRANATH, 2006, p.46).

Além disso, O’Neill argumenta que:

As metodologias participativas têm potencial para promover o reconhecimento, a participação e a inclusão na produção de conhecimento e de políticas públicas. Tais metodologias ajudam a desafiar os discursos dominantes e, com otimismo, a estimular políticas públicas em níveis local, regional, nacional e internacional (O’NEILL, 2010, p.21).

Em resumo, para Fals-Borda (1995, p.1): “O que você tem em mãos ao final de uma pesquisa de ação participativa é uma experiência de vida decisiva e comprometida, que combina o conhecimento acadêmico com a sabedoria e a sensatez das pessoas comuns”. O *ethos* político feminista, que orienta minhas investigações, desdobra-se numa perspectiva que se propõe a pesquisar “para mulheres” ao invés de se limitar a pesquisar “sobre mulheres” (ALLEN; BABER, 1992, p.4). Desta forma, a intenção não é apenas de observar e descrever suas vidas, mas também “[...] chamar a atenção para as lutas políticas e sociais dessas mulheres” (SMALL, 1995, p.946).

O trabalho feito por mim com mulheres africanas em busca de asilo em Nottingham se deu simultaneamente à criação e a organização da AWEF. O objetivo era delinear a luta dessas mulheres para estabelecer uma voz, através da criação de um

espaço organizacional que pudesse dar respaldo a suas causas. A premissa era de que, embora as mulheres refugiadas e asiladas tivessem suas experiências prioritariamente marcadas pela subordinação e pela perda de poderes, elas revelavam também a habilidade e a vontade de transformar e reconstruir suas identidades, negociar experiências de pertencimento e não pertencimento, e de atuar enquanto agentes conscientes na mudança de suas vidas. Ao invés de apresentar argumentos generalizantes, optei por focar-me em um núcleo de mulheres engajadas e comprometidas com esforços organizacionais múltiplos e interconectados<sup>6</sup>. O estudo de caso qualitativo me permitiu formar um juízo da situação dessas mulheres e das mudanças que ocorreram durante esse tempo com relação à negociação de identidade, pertencimento político e cultural e agência. Uma abordagem metodológica múltipla (CASTELLS, 1983) foi utilizada, incluindo entrevistas, grupos focais, observação participante e a realização de um pequeno documentário. De minha parte, procuro valorizar a colaboração das participantes e reconheço a importância de suas distintas contribuições, que carregam conhecimento prático e experiência sobre o fenômeno social investigado.

Minha classe social e posição racial não foram questões relevantes para as mulheres com as quais me relacionei, embora algumas vezes tenha sido necessário explicar para algumas das recém-chegadas as razões pelas quais me encontrava ali trabalhando com elas. Ocasionalmente, referiam-se a mim como a *nice white lady*, mas havia um sentimento geral de aceitação de ambos os lados e um silencioso acordo mútuo de respeito por nossas posições distintas enquanto trabalhávamos juntas. O meu relacionamento com algumas delas se desenvolveu antes mesmo de pensar em fazer a pesquisa. No momento em que propus o projeto de pesquisa, já havia uma relação de confiança entre nós. Durante o processo da pesquisa houve ocasiões em que minha ajuda foi solicitada acerca de questões relacionadas à saúde, segurança, levantamento de fundos, entre outras. Nessas situações pude confirmar meu comprometimento com a causa e aprofundar nossas relações de confiança e respeito.

---

<sup>6</sup> Este artigo apresenta uma vista geral sobre alguns dos problemas principais investigados em um projeto maior. A voz das três mulheres apresentadas são peças-chave na organização central da AWEF, já que estiveram envolvidas no processo de desenvolvimento da organização desde o início e se encontram envolvidas ainda hoje. Sob meu ponto de vista, elas representam os diferentes históricos de aspirações, idades, classes e etnias de um grupo mais amplo de mulheres associadas à AWEF.

As entrevistas e os grupos focais envolveram longas conversas (isto é: dez entrevistas individuais e quatro entrevistas em grupos – com uma média de 3 a 5 mulheres por grupo). Um “efeito bola de neve” foi usado como estratégia para atingir as mulheres – iniciei o trabalho com as poucas mulheres que já conhecia de encontros anteriores e elas foram me apresentando a outros membros do grupo. As participantes entrevistadas são mulheres vindas de diversas partes do continente africano, particularmente de áreas afetadas por conflitos políticos. A faixa etária engloba mulheres de 18 a 50 anos, com diferentes níveis de educação formal, experiência de trabalho e motivo para a migração. Um método bibliográfico orientou as entrevistas, que foram conduzidas pelas participantes no sentido de direcionar as conversas e de estimulá-las a revelar suas histórias. As questões foram organizadas de acordo com a metodologia de Feldman e Stall (2007), com a perspectiva de fornecer um panorama geral das famílias, da educação, do trabalho, da história de migração e da descrição da vida no novo país. Mais detalhadamente, foi feita uma análise sobre o envolvimento de cada uma com relação ao grupo, tanto em termos de ativismo quanto de trabalho voluntário, incluindo as aspirações e motivações para o trabalho comunitário, a compreensão dos problemas enfrentados por elas e suas expectativas para o futuro. Nos grupos focais exploramos as questões relacionadas com políticas de asilo/refúgio e seus efeitos em suas vidas, noções de lar e pertencimento, identidade, preconceito e racismo, abandono e indigência, formas básicas de resistência na rotina cotidiana e aspirações para mudar o futuro. Como parte do processo de observação participante, compareci regularmente a reuniões e eventos, assim como a workshops de desenvolvimento de habilidades e a reuniões sociais.

A análise do material foi construída refletindo um nexo temático de migração-mulheres-agência-pertencimento. A estrutura explanatória utilizou a teoria de base desenvolvida durante o período de coleta de dados ao longo da observação. Uma gama inicial de categorias de análise para as entrevistas foi organizada de acordo com as quatro modalidades de diferenciação de Brah (1996), que são: experiências, relações sociais, subjetividade e identidade. Feldman e Stall resumem estas modalidades como: “[...] experiências relacionadas a construções simbólicas em luta por condições materiais e significados; relações sociais mediadas por discursos e práticas institucionais;

subjetividade enquanto local de produção do ‘senso sobre si no mundo’; e identidade como algo coerente e estável” (FELDMAN; STALL, 2007, p.104). Em minha análise, estas modalidades de diferenciação foram de grande ajuda na identificação do modo como a percepção e a experiência de ser “diferente” podem ter influenciado a consciência e o desejo dessas mulheres de mudar sua situação de indigência e de carência de reconhecimento. Mais que isso, o processo de pesquisa foi muito dinâmico, na medida em que me permitiu coletar, codificar e analisar dados para subsidiar a fase seguinte da investigação.

### **Contando uma história: a criação da *African Women Empowering Forum***<sup>7</sup>

A tensão entre a migração africana causada por problemas políticos e o aumento das organizações não-governamentais, devido às falhas dos Estados-nacionais ocidentais, como já mencionado anteriormente, reflete-se na AWEF. Essa organização compõe o processo de intensificação do multiculturalismo na Europa, que se manifesta através de novas formas de aliança e de políticas interétnicas. Nesse sentido, é possível pensar a constituição da AWEF como um exemplo de “política pós-colonial de base comunitária” (MERRILL, 2006, p.156), representativa de numerosas diferenças – etnicidade, classe, nacionalidades, gênero e ideologias. O processo de criação da organização levou um tempo considerável para se concretizar como um espaço comunitário de luta<sup>8</sup>. Um pequeno grupo de mulheres refugiadas e em busca de asilo discutiu sua situação e as possíveis soluções para melhorar sua condição material, realizando encontros entre elas mesmas e com outras organizações de apoio. Em 2006, produziram um “estatuto”, de acordo com o qual, elas, como mulheres africanas, poderiam representar a si mesmas. Como foi colocado por uma das entrevistadas:

Com um grupo de companheiras nós formamos a AWEF porque vivenciamos em primeira mão os problemas com os quais as pessoas asiladas precisam lidar – os preconceitos, a discriminação racial e a opressão da sociedade, e mais particularmente os problemas que afetam as mulheres. Eu costumava me encontrar com outras

<sup>7</sup> A seção a seguir apresenta a história da criação da AWEF articulando a narrativa escrita através das entrevistas no que se referem aos pontos de agência, pertencimento, reconhecimento e redistribuição.

<sup>8</sup> No original *advocacy*.

mulheres como eu no shopping Center Victoria porque nós não tínhamos nenhum outro lugar para ir. Muitas vezes nós chorávamos juntas quando falávamos sobre nossas situações e imaginando o que poderíamos fazer com relação a isso. Nós começamos a ajudar umas às outras... (Entrevistada A).

A sede da AWEF situa-se no centro de Nottingham, próximo à estação de trem, num prédio de três andares fornecido pelas autoridades locais. A AWEF paga um aluguel para dividir o local com diversas outras organizações não-governamentais. O trabalho diário de funcionamento da AWEF, seja na limpeza, na cozinha, na organização dos eventos da coordenação ou no trato das relações públicas, é realizado através de ações voluntárias das mulheres. Eu mesma trabalhei como voluntária e, após o final da pesquisa, fui eleita como vice-presidente do conselho administrativo da AWEF.

Os propósitos da organização são o de advogar pelos direitos das mulheres e empoderá-las através de sua formação e educação. A organização foi criada para: encorajar as mulheres a falar e desafiar as desigualdades na sociedade; defendê-las nas questões de gênero e igualdade de acesso, contra a discriminação baseada em raça, gênero, idade ou status de migração; gerar uma contribuição nas políticas locais e nacionais; e, por fim, promover um senso de pertencimento, assim como a valorização por serem cidadãs responsáveis em terras estrangeiras. A AWEF é financiada por diversas fontes, incluindo a *Nottinghamshire Foundation*, a *Community Champions* e outras autoridades locais.

A AWEF estimula o engajamento em questões culturais e a integração dessas mulheres na sociedade local e Britânica, ajudando crianças de origem africana a manter sua identidade e a desenvolver a confiança necessária para se tornarem cidadãos responsáveis. A associação com o setor do voluntariado é importante para o desenvolvimento de uma ampla rede de suporte através da qual se formam alianças duradouras ou temporárias. A organização conta com variados parceiros, como o *Nottinghamshire Black Partnership*, a Cruz Vermelha, o *Rainbow Project* e a *City of Sanctuary of Nottingham*, além de universidades locais, entre outros.

A AWEF, além de um espaço recreativo, promove não só a celebração social, religiosa e cultural da diferença, como também do que há em comum com o contexto cultural britânico. Em muitas de suas atividades, convivem africanos e pessoas de outras etnias

e nacionalidades, possibilitando às mulheres desenvolverem o senso de pertencimento cultural, a solidariedade (mas sem a negação da existência eminente de conflitos) e a consciência de suas posições na nova sociedade:

Nós temos funções conjuntas, de cozinhar comida do Zimbábue, tocar música africana<sup>9</sup> – apenas socializando. Isso me faz sentir em casa, sentir que sou parte de uma família. Me fornece um senso de pertencimento e, nesse processo, nós também sentimos que Nottingham é agora o nosso lar. Nós dividimos coisas em comum sobre a África, mas pertencemos a diferentes culturas e isso gera conflitos. É um desafio para nós (Entrevistada B).

Recentemente, a organização conduziu um estudo entre seus membros para garantir que os programas se focassem em necessidades reais e impactassem positivamente as comunidades às quais se dirigissem. Os resultados mostram que 95% das mulheres estão em busca de asilo sem status legalizado; 3% têm status de refugiadas; e 2% são trabalhadoras migrantes com permissão para trabalhar. A maioria (76%) está na faixa entre 31 e 60 anos de idade, 12% têm entre 21 e 30 anos e apenas 8% têm menos de 20 anos. Essas mulheres vêm da Somália, República Democrática do Congo, Sudão, Zimbábue e Maláui. Do total de mulheres, 75% delas têm filhos, sendo que destes 45% são adolescentes, 25% têm menos de 5 anos, e 30% estão na faixa entre 6 e 12 anos.

Cerca de 60% das 242 associadas precisaram deixar seus filhos no país de origem. A maioria delas vive em comunidades carentes na periferia de Nottingham. Das mulheres pesquisadas, 60% tinham escolaridade no nível do Ensino Médio, 35% diploma de graduação e 5% de pós-graduação. De maneira geral, a maioria das mulheres se encontra desempregada, uma vez que seu status de migração não lhes fornece permissão para trabalhar, mas muitas delas trabalham como voluntárias para a AWEF. Somente 5% estão em atividades remuneradas. Em média, elas estão no Reino Unido há 7 anos. O percentual de mulheres que sofrem de problemas de saúde, incluindo stress, complicações respiratórias e hipertensão arterial, consiste em 85% (AWEF, 2008).

---

<sup>9</sup> Note-se que, no depoimento, o país refere-se a uma identidade nacional, enquanto Africana refere-se a uma identidade étnica. Como uma estratégia política as mulheres utilizam a combinação de marcas de identidade étnicas e de gênero para promover a associação.

## A AWEF enquanto um lar de pertencimento

O ponto de partida que utilizo é o de pensar a organização (seja como um processo seja como um espaço institucional) enquanto um “lar” que permite demonstrar poder e resistência por parte das mulheres africanas. Este conceito de “lar” como um espaço de resistência foi desenvolvido por Hooks (1990). Sua proposição destaca que, historicamente, os afro-americanos lutaram para construir e manter um lar e uma comunidade que oferecessem mais do que apenas as provisões das necessidades diárias. Esta luta teve uma “[...] dimensão política radical. [...] Apesar da realidade da dominação, o lar de uma pessoa era o local onde ela poderia livremente confrontar os problemas da humanização, onde as pessoas poderiam resistir” (HOOKS, 1990, p.42). Essa ideia de apropriação do espaço em termos de resistência cotidiana é baseada na proposição de Michel Foucault (1979) para quem lugares não são apenas espaços de dominação, mas são também espaços de resistência. Lugares e espaços refletem ambos “[...] os desejos de alguns grupos de pessoas de reproduzirem a ordem social onde elas são dominantes, assim como a tentativa, daqueles sem tal poder, de resistir e sobreviver de um modo que faça sentido para suas vidas” (WOLF, 2009, p.3 *apud* FELDAMN; STALL, 2007, p.12).

A AWEF, para essas mulheres deslocadas, tornou-se seu “lar”, um espaço no qual elas interagem com outras mulheres que exibem identidades em comum, religiosas, nacionais, regionais (africanas) ou étnicas. Conseqüentemente, elas compartilham suas visões políticas e culturais, suas preocupações, e buscam apoio para seus problemas sociais. Para elas, um espaço físico para chamar de lar, a AWEF é crucial para desenvolver tanto laços sociais como físicos em seu novo país. Neste caso, a importância do lar, enquanto um espaço de pertencimento e “de vir a ser”, excede a necessidade de suporte material e funcional por abrigo e segurança, como atesta a entrevistada A:

Nós nos tornamos mais fortes como grupo e elas me deram força para continuar lutando. A organização é a nossa casa, é o nosso refúgio, é a nossa “mãe”, uma vez que não podemos deixar nossas coisas para serem resolvidas pelas autoridades (Entrevistada A).

Mais ainda, ter um espaço pessoal para dar voz e dividir aquelas histórias foi um facilitador no processo da pesquisa

participante, o que permitiu a todos os envolvidos refletir sobre as diferentes camadas que estavam tomando lugar no processo – nas ações por mudança. Como O'Neill enfatiza: “engajar-se e conectar-se com sentimentos, intelectos e políticas que mediam as tensões entre emoção e materialidade pode nos ajudar a entender melhor o microcosmo da vida dos migrantes” (O'NEILL, 2010, p.170) no amplo contexto sociopolítico da migração. Dadas as conexões entre o que Fraser (2008) define como injustiça redistributiva e de reconhecimento, e o argumento de Knudsen (2006) sobre o poder da exclusão em produzir agência, é compreensível que, para confrontar a realidade opressiva que enfrentam, as mulheres da AWEF tenham ampliado sua resistência para além da esfera local. Para tanto, buscaram ativamente a aproximação com *policy makers*, ONGs, governos local e nacional, visando à conscientização sobre os problemas enfrentados por pessoas em busca de asilo: “Nós sofremos discriminação e até abusos verbais nas ruas. Aparentemente, Nottingham tem um alto nível de casos de discriminação, mas devo dizer que conseguimos influenciar um bom número de organizações para nos dar respaldo” (Entrevistada C).

A rotina diária da AWEF é descrita, por muitas das mulheres, com expressões familiares – lar, casa e mãe –, cultivando e mobilizando os laços sociais para desenvolver a organização. Entretanto, a parceria das mulheres ao redor de experiências étnicas e de gênero em comum é também marcada pela diversidade. Essa diversidade de histórias, de gerações, de culturas, de religiões e de classes gera tensões de tempos em tempos. As diferenças são preexistentes e se refletem em dinâmicas sociais e geográficas, e tendem a se perpetuar no âmbito da associação.

Em geral, parece que elas aprenderam a negociar suas diferenças através do reconhecimento da existência dessas tensões. O comprometimento dessas mulheres com causas mais abrangentes, assim como seus fortes laços emocionais, respalda sua participação nas atividades compartilhadas que superam as diferenças e as tensões ocasionais.

## **Práticas de identificação e redes**

Para essas mulheres africanas, o processo de migração para o Reino Unido conduziu a uma negociação fundamental de suas

identidades, resultado das políticas locais de “vir a ser” que deram forma às políticas de pertencimento e alteraram a ideia de comunidade simbolizada pela criação da AWEF. O conhecimento das múltiplas identidades associadas com diferentes formas de pertencimento reconfigurou muitas das identidades destas mulheres. A complexidade desses processos é difícil de se apreender e acaba sendo apenas sugerida. Para muitas dessas mulheres a migração significou uma perda de autonomia e liberdade, mesmo que muitas delas estivessem fugindo de contextos de grandes transtornos políticos, que colocavam suas vidas em risco. Para outras, a migração abriu um mundo de oportunidades para o aprimoramento pessoal, apesar das dificuldades enfrentadas no novo país:

Eu era uma advogada bem sucedida em meu país, mas aqui eu não podia trabalhar e me tornei inativa, o que era muito deprimente. Quando obtive o status de refugiada decidi estudar e obtive o título de mestre em direito. Agora estou fazendo estágio em uma firma, antes de poder exercer plenamente a advocacia (Entrevistada C).

O empoderamento político destas mulheres pode ser percebido nas atividades da organização, onde são de extrema importância a reinvenção e a redefinição de si mesmas de modo a produzir um grupo identitário legítimo perante a sociedade. Portanto, a incorporação da identidade cultural está envolvida na formação de uma nova e institucionalizada identidade política das mulheres africanas em busca de asilo. Além disso, se integrar com outras organizações permitiu a muitas dessas mulheres o desenvolvimento de habilidades cívicas e políticas (em um sentido amplo), na medida em que reforçava a confiança, os sentimentos de pertencimento e as suas identidades. Elas também desenvolveram uma relação saudável com as mídias locais (impressas e televisivas), que cobrem, de maneira positiva e aprofundada, a maioria dos eventos da associação, mostrando suas histórias e ressaltando a resistência e o grande empenho<sup>10</sup> dessas mulheres. No âmbito organizacional, implementar uma rede de relações reforça a AWEF enquanto um ator social ativo no setor da migração, assim como auxilia na construção, em diversos níveis, de uma rede interativa de comunicação entre

<sup>10</sup> O artigo da AWEF sobre a “semana dos refugiados”, em 2010, ilustra bem o exposto. É possível acessá-lo em: <<http://www.awef.org.uk/index.php?id=press&event=This%20is%20Nottingham%20article%20published%20by%20the%20Nottingham%20Post%20on%2017th%20June%202010%20by%20Erik%20Petersen>>.

comunidades. Isto está relacionado ao que Castells (1996) chama de “mulheres de comunidades” (*women of communities*), conceito que envolve o conjunto de organizações feministas, redes de apoio, clínicas, abrigos e associações culturais que apoiam mulheres carentes.

Somente nos últimos anos as mulheres da AWEF começaram a utilizar tecnologias de informação e comunicação (TICs). O website da associação surgiu em 2010 com o slogan “eduque uma mulher e fortaleça uma nação” (AWEF, 2010). O sentido do slogan é ambíguo, pode significar tanto uma visão utilitária tradicional de mulheres em relação à nova nação, como uma estratégia de marketing onde o sentido de nacionalismo é indicado, mas não direcionado a nenhuma nação em particular. O propósito do website é desenvolver diálogos em níveis local, nacional e transnacional com outras organizações afins de modo a difundir as preocupações em comum e as histórias de sucesso, buscando atingir um público mais amplo. A conquista de espaço no território online, compreendido esse como um meio discursivo, é bastante valorizada pelas mulheres, na medida em que reforça seu empoderamento enquanto um grupo étnico (MALLAPRAGADA, 2006).

A AWEF tem promovido uma identidade moderna que envolve tanto a gestão de conhecimento de ponta, com o desenvolvimento de um conjunto de habilidades para seus membros, quanto o estímulo a visões empreendedoras, que levam em consideração as características nacionais, étnicas, de gênero e status de migração legal destes membros. Essa identidade moderna pode ser observada em três níveis: primeiramente, a AWEF é uma organização formal com uma série de preocupações instrumentais relacionadas com a mobilização de recursos e obtenção de objetivos específicos que posicionem a organização na esfera política. Em segundo lugar, a AWEF também tem um importante papel social na vida cotidiana das mulheres africanas; as mulheres estimulam o comportamento ético e fazem campanhas contra o racismo e a discriminação. Estas campanhas são inseridas nas atividades cotidianas das mulheres, diluindo as fronteiras entre vida pública e privada e conectando-as em níveis local, nacional e transnacional. Em terceiro lugar, a organização é um negócio não lucrativo no qual se fala um idioma diferente, estimulado todos os dias, principalmente nos momentos em que as mulheres tecem os sentidos de sobrevivência, demonstrando

a marca das pessoas asiladas e seus estilos de vida, lutando pelo reconhecimento de ambos (COMAROFF, J. L.; COMAROFF, J., 2009). O discurso público da organização também está posicionado em função da gestão de negócios e do que eles podem oferecer à comunidade, uma vez que os mesmos estarão sujeitos às atenções e avaliações das autoridades locais, da comunidade de trabalhadores, assim como da sociedade de forma mais ampla. Sobre este tema, aponta a entrevistada A: “Nós precisamos apresentar uma forte abordagem de negócios para mobilizar as autoridades. Falar somente sobre nossas histórias não é mais o suficiente. Nós precisamos apresentar o que estamos fazendo com os registros e planos da organização. O abrigo agora é uma indústria”.

Para as mulheres da AWEF, a identidade de refugiadas é uma construção social recente, que importa até certo ponto, pois o que conta, sobretudo, é estabelecer uma presença reconhecida enquanto uma organização étnica confiável, orientada para o futuro e baseada na solidariedade. De fato, para muitos membros, a AWEF se tornou uma referência em si mesma, pois ela define uma comunidade cultural imaginada, por si mesma transnacional, que une muitos países africanos dentro do Reino Unido. O projeto iniciado por essas mulheres está adquirindo um sentido coletivo de entidade política e cultural. Neste caminho, a organização se torna capaz de cumprir sua missão de ajudar a manter uma identidade baseada em um apelo à diferença, enquanto busca reduzir a lacuna entre as migrantes e a comunidade mais ampla, preservando o *ethos* comunitário, emocional, político e cultural de sua iniciativa.

Com base na análise de J. L. Comaroff e J. Comaroff (2009), que versa sobre etnicidades africanas, é possível sugerir que, em seu processo de criação e consolidação, a AWEF, de certa forma, expressa a luta pela identidade, fazendo com que o pertencimento político e o reconhecimento cultural fossem firmemente ressaltados. Desse modo, as mulheres asiladas ou refugiadas, antes dispersas, tornaram-se um grupo de migrantes empoderadas, plenamente imbuídas de uma identidade etnonacional e de gênero, engajadas em uma ação para mudar suas vidas e para construir seu próprio “lar” (AWEF), alcançando mudanças reais. Combinando uma linguagem sobre terra natal, etnicidade, status migratório e *ethos* empreendedor, a organização buscou um espaço africano no Reino Unido reivindicando direitos

particulares e universais. Isto requer tanto a incorporação de uma identidade quanto de uma “essência cultural”, a fim de perceber, reconhecer e realizar este espaço africano. Trata-se de uma “tautologia viva”: sem a incorporação de uma identidade, não haveria autonomia material; sem a manutenção da “essência cultural”, a organização seria indistinguível de outras iniciativas não-governamentais (COMAROFF, J. L.; COMAROFF, J., 2009, p.116).

## Conclusões

Este artigo tentou explorar as práticas de pertencimento e agência de um grupo de mulheres africanas em busca de asilo em Nottingham, através do trabalho da *African women's Empowerment Forum*. Olhando para esta formação política particular, o que felizmente se torna claro é que a AWEF é um espaço novo e diferenciado, no qual um grupo de mulheres africanas desenvolveu ações que asseguram justiça social e reconhecimento, em um processo que permite às “[...] políticas de *vir a ser* moldar as políticas de pertencimento e transformar a ideia de comunidade em si” (KANNABIRAN et al., 2006, p.68). Este processo de ação também permite a convergência entre o cotidiano e a sociedade política. No nexos temático de mulheres-migração-agência-pertencimento é possível sugerir que estas mulheres construíram uma organização que mudou a vida de muitas delas<sup>11</sup>, um trabalho reconhecido em 2009 e em 2011 pelo governo nacional e cujo processo impactou as noções tradicionalmente assimiladas pelas mulheres que chegam em busca de asilo.

A trajetória da AWEF se destaca na medida em que aponta para o que pode vir a ser um importante fenômeno, qual seja, o de movimentos de base locais que desafiam a invisibilidade das vidas asiladas e refugiadas, expandindo a noção de política ao abarcar uma ideia mais ampla e solidária de políticas comunitárias.

O êxito da organização se deve, em larga medida, à habilidade de seus membros de negociar e renegociar a diferença, de se mover entre esferas variadas, de interagir com diversos atores sociais e de buscar construir seu próprio espaço,

<sup>11</sup> Desde que este artigo foi escrito, muitas das mulheres conseguiram obter status de refugiadas e seguiram para obtenção de uma carreira, títulos acadêmicos e qualificações profissionais em busca de se integrar à comunidade britânica.

concebido como um lar. A vida da migrante é construída entre espaços onde o pertencimento envolve as dimensões emocional, imaginária e racional, todas elas refletidas na vida cultural e política das pessoas. A AWEF é a personificação de um espaço social no qual ressoam esses elementos, promovendo um contexto de estabilidade para seus membros no que diz respeito à identificação política e comunitária.

Existem muitas dificuldades teóricas e práticas na análise de uma organização emergente e complexa que resulta de alianças interétnicas, em especial em virtude das diferenças de posicionamento de seus membros<sup>12</sup>. De fato, a experiência na AWEF não está isenta de críticas ou desacordos. Entretanto, ao final, revelou-se um bom exercício de ativismo comunitário e, apesar das diferenças permanentes, uma forma de “integração política a partir da base” (PERO, 2008), que desafia os estereótipos sobre mulheres em busca de asilo e refugiadas que as vitimizam, revelando um grupo que atua e fortalece a si mesmo. As mulheres da AWEF desenvolveram um espaço formado num duplo movimento entre a resistência diária contra-hegemônica e a conscientização a respeito das forças capitalistas e neoliberais que coexistem na sociedade. No atual contexto, de medo, ameaças globais e ceticismo em relação ao *status quo*, não deixa de ser reconfortante acompanhar o desenvolvimento de uma bem sucedida tentativa de empoderamento de mulheres desprivilegiadas, por meio de uma experiência de afiliação e engajamento.

BAILEY, O. Migrant african women: tales of agency and belonging. *Perspectivas*, São Paulo, v.43, p.159-182, jan./jun. 2013.

■ **ABSTRACT:** *This paper explores issues of belonging and agency among asylum seekers and refugee women of African origin in the UK. It discusses the ways these women engendered resistance in their everyday life to destitution, lack of cultural recognition, and gender inequality through the foundation of their own non-governmental organization, African Women's Empowerment Forum, AWEF, a collective 'home' space. The focus of this story is on migrant women's agency and self-determination for the exercise of choice to be active actors in society. It points to what might be an important phenomenon on how local grassroots movements are challenging the invisibility of asylum-seekers' and refugees' lives*

<sup>12</sup> Não é o propósito deste artigo abordar tais problemas teóricos.

and expanding the notion of politics to embrace a wider notion of community politics with solidarity. AWEF is the embodiment of a social space that resonates the 'in-between' experience of migrant life providing stability to the women members regarding political and community identification.

■ **KEYWORDS:** Migrant women. African migration. Agency and belonging. Women activism. Community networking.

## Referências

ALLEN, K. R.; BABER, K. M. Ethical and epistemological tension in applying a postmodern perspective to feminist research. *Psychology of Women Quarterly*, v.16, p.1-15, 1992.

AMIT, V.; RAPPORT, N. *The trouble with community: anthropological reflections on movement, identity and collectivity*. London: Pluto Press, 2002.

ANTHIAS, F. New hybridities, old concepts: the limits of culture. *Ethnic and Racial Studies*, v.24, n.4, p.619-641, 2001.

\_\_\_\_\_. Belonging in a globalising and unequal world: rethinking translocations. In: YUVAL-DAVIS, N.; KANNABIRAN, K.; VIETEN, U. (Eds.). *The situated politics of belonging*. London: Sage, 2006. p.16-31.

AWEF. African Women Empowerment Forum. *Report on Profile of its Members*, p.2, 2008.

AWEF. African Women Empowerment Forum. 2010. Disponível em: <<http://www.awef.org.uk/cms/>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

BAILEY, O. G.; HARINDRANATH, R. Ethnic minorities and the politics of communication in multicultural Britain and Australia. *International Journal of Media and Cultural Politics*, v.2, n.3, p.299-316, 2006.

BRAH, A. *Cartographies of diaspora: contesting identities*. London: Routledge, 1996.

BRYAN, R. Non-governmental organizations and governmentality: consuming biodiversity and indigenous people in the Philippines. *Political Studies*, v.50, p.268-292, 2002.

CASTELLS, M. *The city and the Grass Roots*. Berkeley: University of California Press, 1983.

CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society: the information age – economy, society and culture*. V. 1. London: Blackwell, 1996.

COMAROFF, J. L.; COMAROFF, J. *Ethnicity, Inc*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

CONNOLLY, W. E. Suffering, justice, and the politics of becoming. *Culture, Medicine, and Psychiatry*, v.20, p.251-277, 1996.

CRAIG, G.; MAYO, M. (Eds.). *Community empowerment*. Atlantic Highlands, NJ: Zed Books, 1995.

DE CERTEAU, MICHEL *The practice of everyday life*. Berkeley, CA: University of California Press, 1984.

FALS-BORDA, O. Research for social justice: some North-South convergences. 1995. Disponível em: <<http://comm-org.wisc.edu/si/falsborda.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

FELDMAN, R. M.; STALL, S. *The dignity of resistance: women residents' activism in Chicago Public Housing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FOUCAULT, M. *Discipline and punish: the birth of the prison*. New York: Vintage, 1979.

FRASER, N. From redistribution to recognition? dilemmas of justice in a 'postsocialist' age. In: OSLOM, K. (Ed.). *Adding insult to injury: Nancy Fraser debates her critics*. London: Verso, 2008. p.9-41.

HOOKS, B. *Yearning: race, gender, and cultural politics*. Boston, US: South End Books, 1990.

KANNABIRAN, K. et al. (Eds.). *The situated politics of belonging*. London: Sage, 2006. p.16-31.

KARNER, C. *Ethnicity and everyday life*. London: Routledge, 2007.

KNUDSEN, S. V. Intersectionality: a theoretical inspiration in the analysis of minority cultures and identities in textbooks. In: BRUILLARD, E.; HORSLEY, M.; KNUDSEN, S. V.; AAMOTSBAKKEN, B. (Eds.). *Caught in the web or lost in the textbook*. Paris: IUFM de Caen, 2006. p.61-76.

MALLAPRAGADA, M. Home, homeland, homepage: belonging and the Indian-American Web. *New Media & Society*, v.8, p. 207-227, 2006.

MANGER, L.; ASSAL, M. (Eds.). *Diasporas within and without african: dynamism, heterogeneity and variation*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitute, 2006.

MERRILL, H. *An alliance of women: immigration and the politics of race*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

O'NEILL, M. *Asylum, migration and community*. Bristol, UK: The Policy Press, 2010.

O'NEILL, M.; HARINDRANATH, R. Theorising narratives of exile and belonging: the importance of biography and ethno-mimesis in "understanding" asylum. *Qualitative Sociology Review*, v.2, p.39-53, 2006.

PALMARY, I.; BURMAN, E.; CHANTLER, K.; KIGUWA, P. (Eds.). *Gender and migration: feminist intervention*. London: Zed Books, 2010.

PERO, D. Integration from below. Migrants practices of citizenship and the debate on diversity in Britain. University of Nottingham, 2008, Working Paper n.2. Disponível em: <<http://www.nottingham.ac.uk/icmic/documents/pero-icmic-wp-08-02.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

RALSTON, H. Citizenship, identity, agency and resistance among Canadian and Australian women of South Asia. In: TASTSOGLU, E.; DOBROWOLSKY, A. (Eds.). *Women, migration and citizenship: making local, national and transnational connections*. Aldershot, UK: Ashgate Press, 2006. p.183-200.

RIFKIN, J. *The end of the world: the decline of the global labor force and the dawn of the Post-market Era*. New York: G.P Putnam's Sons, 1995.

SALES, R. *Understanding immigration and refugee policy: contradictions and continuities*. Bristol: The Policy Press, 2007.

SMALL, A. S. Action-oriented research: models and methods', *Journal of Marriage and the Family*, v.57, n.4, p.941-955, 1995.

Disponível em: <[http://academic.son.wisc.edu/courses/n701/week/small\\_models.pdf](http://academic.son.wisc.edu/courses/n701/week/small_models.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SONG, S. *Justice, gender, and the politics of multiculturalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TASTSOGLU, E. Gender, migration and citizenship: immigrant women and the politics of belonging in the Canadian Maritimes. In: TASTSOGLU, E.; DOBROWOLSKY, A. (Eds.). *Women, migration and citizenship: making local, national and transnational connections*. Aldershot, UK: Ashgate Press, 2006. p.200-230.

TAYLOR, C. The politics of recognition. In: GUTMANN, A. (Ed.). *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994. p.12-34.

YUVAL-DAVIS, N. Gendered globalisation and social change. *Focus*, jun. 2009. Disponível em: <<http://barha.asiaportal.info/node/974>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

## **Bibliografia consultada**

CHARMAZ, K. *Constructing grounded theory: a practical guide through qualitative analysis*. London: Sage, 2006.

KANNABIRAN, K. A cartography of resistance: the National Federation of Dalit Women. In: YUVAL-DAVIS, N.; KANNABIRAN, K.; VIETEN, U. (Eds.). *The situated politics of belonging*. London: Sage, 2006. p.54-74.

WOLFE, M. *Whose culture? Whose space? Whose history? Learning from lesbians bars*. In: 11<sup>TH</sup> CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF PEOPLE AND THEIR SURROUNDINGS (IAPS), Ankara, Turkey: jul. 1990.